GEO BRASILIS
Planejando o futuro

Etapa 1
Plano de Trabalho e Processo Participativo

Objeto: Revisão do Plano Diretor Municipal e Lei de Uso e Ocupação do Solo de Indaiatuba
Contrato nº 669/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

SÃO PAULO

Novembro/2019

Rua Paulistânia, 381 – cj. 51
Vila Madalena - São Paulo - SP
CEP 05440-000 - Brasil
Tel. +55 11 3035-1490

Inteligência Territorial
Planejamento Estratégico
Gestão Ambiental
geobrasilis.com.br

São Paulo, 07 de novembro 2019.

Prefeitura do Município de Indaiatuba

A/C Sr. Rubens Eduardo Pereira de Oliveira Junior

Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Engenharia

Referência: Revisão do Plano Diretor Municipal e da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Indaiatuba.

Encaminhamos à V.Sa. o planejamento inicial das atividades relativas à revisão do Plano Diretor Municipal (Lei Complementar nº 09/2010 e alterações posteriores) e Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 10/2010 e alterações posteriores).

Apresentamos os resultados esperados da atuação da Geo Brasilis na revisão da política de desenvolvimento urbano de Indaiatuba, as datas chave previstas no processo e o planejamento das formas de envolvimento da governança pública e privada associada ao projeto.

Esperamos que este documento, que configura o escopo orientador da atuação da consultoria, contenha todas as informações requeridas por V.Sa. e permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

José Roberto dos Santos
Diretor
Geo Brasilis

Rua Paulistânia, 381 – cj. 51
Vila Madalena - São Paulo - SP
CEP 05440-000 - Brasil
Tel. +55 11 3035-1490

Inteligência Territorial
Planejamento Estratégico
Gestão Ambiental
geobrasilis.com.br

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 6

2. PREMISSAS DO PROJETO 7

3. ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUÇÃO DA REVISÃO DO PDM E DA LUOS 8

4. PRODUTOS E CRONOGRAMA 11

4.1. Etapa 1: Plano de Trabalho e Processo Participativo 12

4.2. Etapa 2: Diagnóstico Municipal 13

4.3. Etapa 3: Divulgação e Audiência Pública 14

4.4. Etapa 4: Proposta técnica para revisão do Plano Diretor de Indaiatuba e Lei de Uso e Ocupação do Solo 15

4.5. Etapa 5: Divulgação e Audiência Pública 17

4.6. Etapa 6: Consolidação das Contribuições e Proposta final 18

4.7. Etapa 7: Plano de Trabalho e Processo Participativo 18

4.8. Cronograma das principais atividades 19

5. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ENVOLVIMENTO DOS GESTORES PÚBLICOS 23

6. LEVANTAMENTO INICIAL DE DADOS NECESSÁRIOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO 27

7. PLANEJAMENTO CARTOGRÁFICO 28

8. ANEXOS 30

Rua Paulistânia, 381 – cj. 51
Vila Madalena - São Paulo - SP
CEP 05440-000 - Brasil
Tel. +55 11 3035-1490

Inteligência Territorial
Planejamento Estratégico
Gestão Ambiental
geobrasilis.com.br

LISTA DE FIGURAS

Figura 3-1: Principais condicionantes e desafios territoriais de Indaiatuba

Figura 4-1: Etapas do projeto

Figura 5-1: Estratégias para a mobilização social

Rua Paulistânia, 381 – cj. 51
Vila Madalena - São Paulo - SP
CEP 05440-000 - Brasil
Tel. +55 11 3035-1490

Inteligência Territorial
Planejamento Estratégico
Gestão Ambiental
geobrasilis.com.br

LISTA DE QUADROS

Quadro 5-1: Atividades previstas para mobilização social, por etapa

Quadro 6-1: Principais dados necessários para elaboração do projeto

Quadro 7-1: Mapas temáticos previstos

Rua Paulistânia, 381 – cj. 51
Vila Madalena - São Paulo - SP
CEP 05440-000 - Brasil
Tel. +55 11 3035-1490

1. APRESENTAÇÃO

O **Plano Diretor Municipal – PDM**, juntamente com a **Lei Uso e Ocupação do Solo – LUOS**, se constituem como base para a política municipal de desenvolvimento e ordenamento territorial, cuja revisão deve ocorrer a cada dez anos, conforme estabelece o Art. 40 do Estatuto da Cidade e o Art. 43 do PDM vigente (Lei Complementar nº 09/2010).

Neste contexto, o presente documento, que compõe da **Etapa 1** do Contrato nº 669/2019, visa apresentar o planejamento da atuação inicial da Geo Brasilis na revisão das Leis Complementares nº 09/2010 e 10/2010, envolvendo as atividades a serem realizadas no decorrer do contrato, através da definição de:

- Premissas do projeto;
- Estratégias para a construção da revisão do PDM e da LUOS;
- Planejamento das atividades por produto e cronograma geral;
- Plano de Mobilização Social e envolvimento dos gestores públicos;
- Levantamento inicial dos dados necessários para os trabalhos; e
- Planejamento cartográfico;
- Anexos:
    - **ANEXO I** – Lista de dados solicitados à Prefeitura Municipal;
    - **ANEXO II** – Recomendações para a condução do processo participativo; e
    - **ANEXO III** – Registro da 1ª reunião de trabalho com Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Engenharia.

Cada um destes aspectos será apresentado a seguir, em capitulo específico e de modo objetivo, favorecendo sua compreensão e posterior acompanhamento.

2. PREMISSAS DO PROJETO

A revisão do PDM e da LUOS de Indaiatuba tem como objetivo atualizar a política voltada a ordenar o pleno funcionamento das funções sociais da propriedade e da cidade, a fim de garantir aos cidadãos qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento das atividades econômicas, considerando as premissas indicadas no **Quadro 2-1**.

Quadro 2-1: Premissas e pontos chave para a revisão do PDM e da LUOS de Indaiatuba

Natureza	Premissa
Administrativa	i. Estabelecimento de **processo contínuo de acompanhamento e validação de resultados junto à Prefeitura Municipal de Indaiatuba,** através da Secretaria de Planejamento Urbano e Engenharia ii. **Encaminhamento dos produtos por meio digital e impresso**, aos cuidados do Secretário de Planejamento Urbano e Engenharia, Sr. Rubens Eduardo Pereira de Oliveira Junior e do Coordenador de Geoprocessamento, Sr. José Trinca, os quais centralizarão as comunicações entre a Geo Brasilis e a Prefeitura Municipal de Indaiatuba
Legal	i. **Atendimento aos preceitos estabelecidos pela Lei Federal nº 10.257/2001,** Estatuto da Cidade, que regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal e define diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências ii. **Observação às orientações das Resoluções nº 25/2005 e nº 34/2005,** ambas do Conselho Nacional das Cidades para a elaboração dos Planos Diretores Municipais e condução do processo participativo iii. **Aderência aos instrumentos legais e às políticas públicas setoriais,** sinérgicas ao desenvolvimento urbano e de mobilidade, com destaque para: ○ Aspectos ambientais que condicionam o desenvolvimento urbano ○ Gestão metropolitana e de funções públicas de interesse comum ○ Políticas setoriais com interface no ordenamento territorial ○ Procedimentos para o processo participativo
Técnica	i. **Alinhamento das legislações urbanísticas vigentes em Indaiatuba** e seus reflexos sobre a política urbana do município, eliminando as divergências e lacunas existentes ii. Avaliação do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Leis Complementares nº 09/2010 e 10/2010, respectivamente), vigentes desde 2010, com breve **balanço de sua aplicabilidade** iii. Análise da **inserção de Indaiatuba na Região Metropolitana de Campinas - RMC** e as implicações na dinâmica urbana do município iv. **Compatibilização do ordenamento territorial às condicionantes socioambientais do município**, inclusive àquelas relativas à APA Cabreúva v. **Aderência aos resultados do processo participativo e das discussões técnicas** que ocorrerão ao longo do projeto vi. Formulação de diretrizes e políticas necessárias **à estruturação, ao ordenamento, ao desenvolvimento sustentável do município** vii. Revisão das **áreas de expansão urbana do município** viii. Pleno atendimento dos **objetivos e das diretrizes indicados no Termo de Referência**, que orientou a contratação dos serviços técnicos da Geo Brasilis

Elaboração: Geo Brasilis, 2019.

3. ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUÇÃO DA REVISÃO DO PDM E DA LUOS

A seguir será apresentado um conjunto de estratégias voltadas para garantir o sucesso do processo de construção do projeto, em consonância com os objetivos e as diretrizes estabelecidos pelo Termo de Referência, que orientou a contratação da Geo Brasilis:

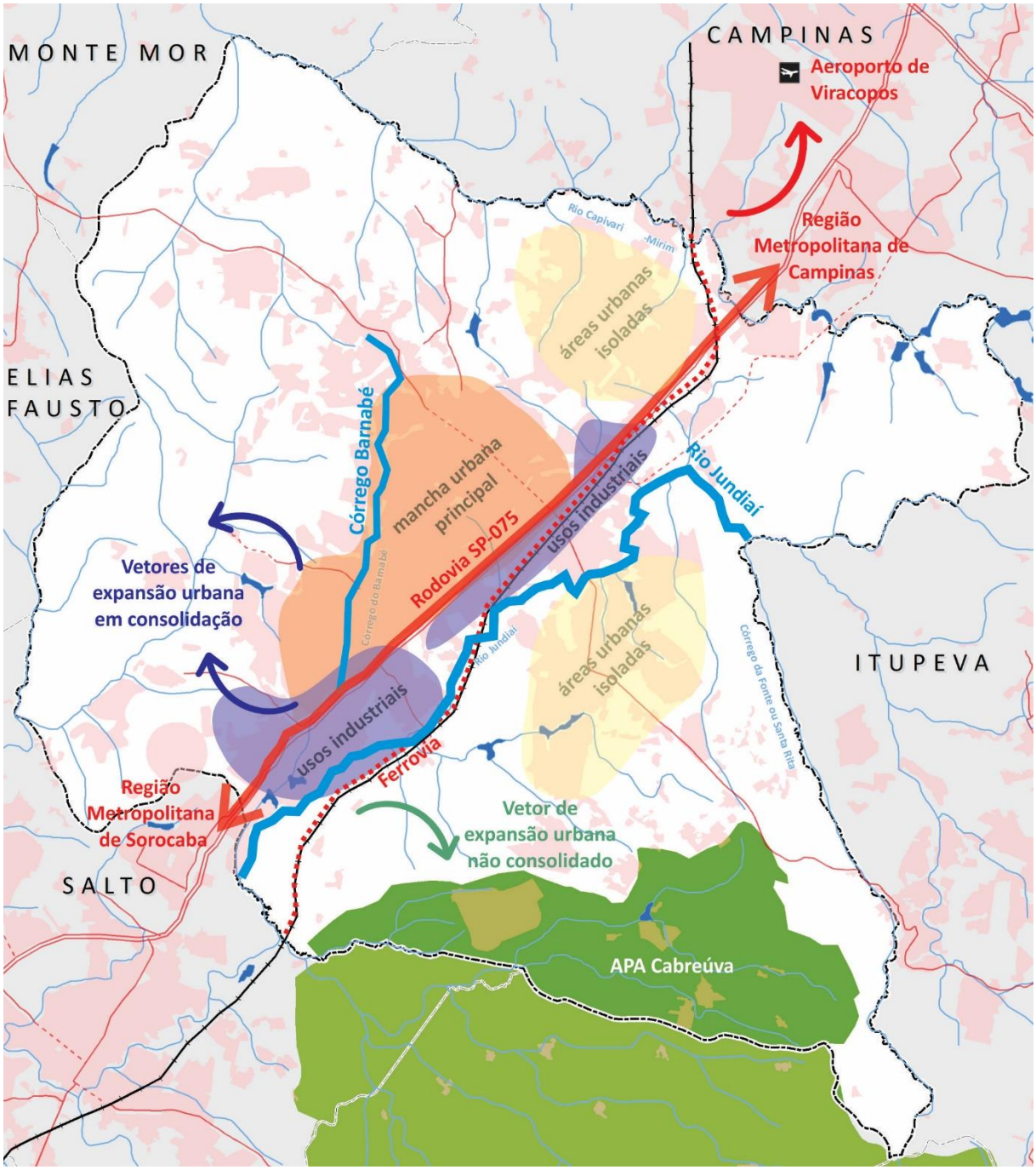
- Prover aos gestores públicos e sociedade civil de Indaiatuba com apoio técnico necessário para revisão dos instrumentos de desenvolvimento urbano, ordenamento territorial;
- Identificar as novas tendências de dinâmica urbana, considerando os principais aspectos sociais, econômicos, da mobilidade, habitação, metropolitano, ambientais e urbanos e propondo diretrizes para o desenvolvimento sustentável da localidade, de maneira participativa, que propicie o entendimento e contribuição da população para questões urbanas locais;
- Adequação do mapa de uso do solo com a inserção de todas as nascentes cadastradas após estudos contratados pelo SAAE;
- Inclusão da APA Cabreúva, bem como determinação de usos, índices e coeficientes;
- Atualizar as áreas de expansão urbana do município, respeitando o Art. 42-B da Lei Federal nº 10.257/2001, que institui o Estatuto da Cidade, considerando a identificação de vetores não consolidados e em consolidação;
- Aderir e compatibilizar o plano às políticas públicas setoriais do município, sinérgicas ao desenvolvimento urbano e de mobilidade, notadamente aquelas que tiveram sua aprovação após 2010, com destaque para:
    - Plano Municipal de Saneamento Básico (Lei Ordinária nº 6.416/2015);
    - Plano de Mobilidade Urbana de Indaiatuba (Lei Ordinária nº 6.821/2017);
    - Plano Municipal de Turismo (Lei Ordinária nº 6.847/2017).
- Formular diretrizes e políticas necessárias à estruturação, ao ordenamento e ao desenvolvimento sustentável dos meios urbano, rural e das indústrias;
- Proporcionar a aprovação de um Plano ajustado à realidade do município e possível a serem implantadas;
- Construir a visão territorializada da localidade, com o apoio de mapas georreferenciados, tendo em vista as principais condicionantes de Indaiatuba, que cruzam o município no sentido sudoeste-nordeste, a saber:
    - SP-075, Rodovia Santos Dumont, que permite o acesso à Campinas e à Região Metropolitana de Sorocaba – RMS;
    - Ferrovia;
    - Rio Jundiaí;
    - APA Cabreúva.
- Propor soluções técnicas inovadoras adequadas à dinâmica urbana e territorial de Indaituaba, com destaque para as questões relacionadas à:
    - Vocações e potencialidades;
    - Expansão urbana;
    - Conflitos de usos existentes;

- Deficiência de infraestrutura; e
- Análise crítica do PDM e da LUOS vigentes e sua aplicabilidade.

- Promover o envolvimento dos gestores públicos, por meio da criação da Comissão de Acompanhamento, a fim de monitorar a elaboração do projeto, possibilitando a ampla identificação dos desafios a serem superados pelo desenvolvimento urbano municipal;
- Realizar processo participativo aderente aos requisitos legais e normativos, por meio da realização de:
  - Quatro Oficinas de Bairro (prognóstico comunitário);
  - Duas Oficinas Temáticas (prognóstico comunitário)
  - Duas Audiências Públicas; e
- Promover debates com os diversos atores e entidades envolvidos nas questões de desenvolvimento urbano, com destaque para:
  - Câmara Municipal de Vereadores;
  - Sindicado Rural;
  - Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
  - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Indaiatuba – AEAI; E
  - Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONDEMA.
- Disponibilizar os documentos da elaboração do plano e agendas de reuniões públicas no site da prefeitura, a fim de garantir a transparência; e
- Adotar linguagem adequada, favorecendo o controle social e acompanhamento da política urbana de Indaiatuba.

A **Figura 3-1** espacializa as principais condicionais e desafios territoriais de Indaiatuba, os quais devem ser incorporados na construção do projeto, visando o sucesso da revisão do PDM e da LUOS.

Figura 3-1: Principais condicionantes e desafios territoriais de Indaiatuba

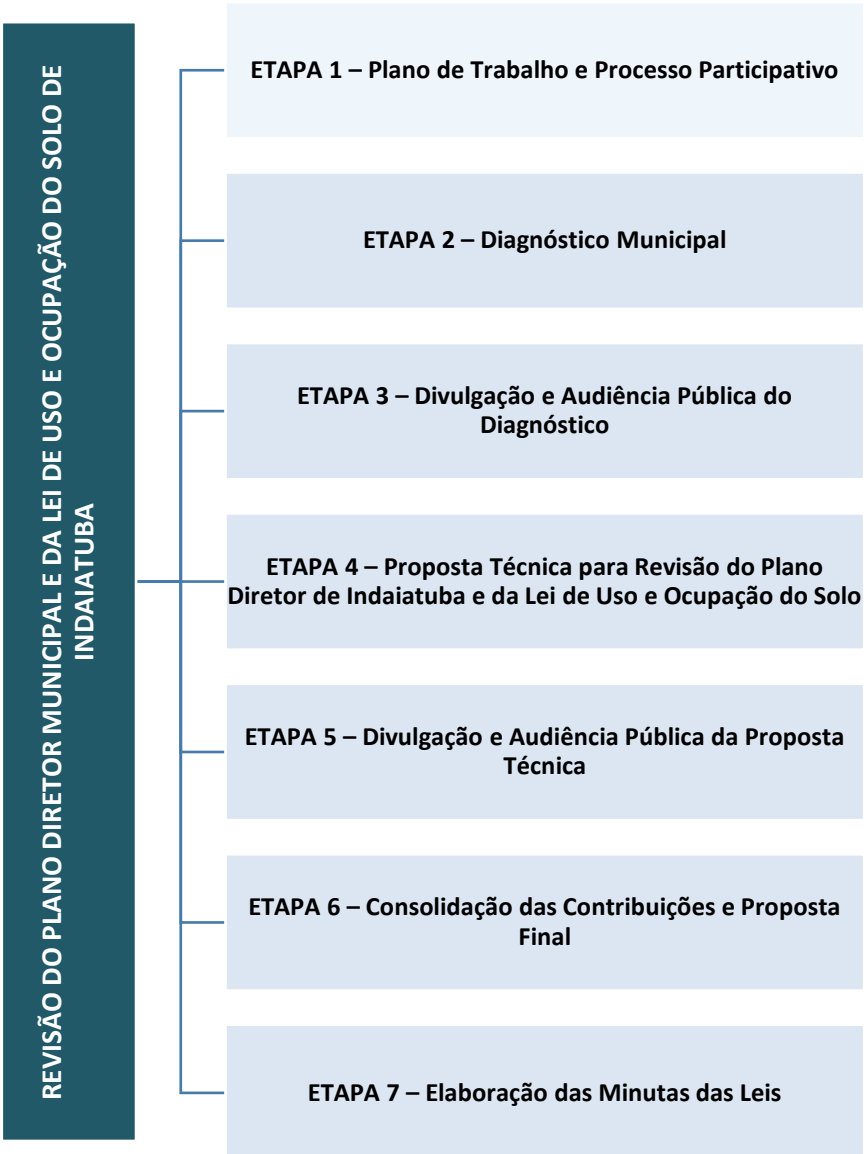


Elaboração: Geo Brasilis, 2019.

4. PRODUTOS E CRONOGRAMA

A partir das premissas e estratégias estabelecidas, a revisão do PDM da LUOS de Indaiatuba é composta por **sete etapas,** baseadas no Termo de Referência, relacionadas na **Figura 4-1.**

Figura 4-1: Etapas do projeto



Elaboração: Geo Brasilis, 2019.

Cada etapa será detalhada a seguir, contendo:

- Conteúdo planejado;
- Formas de envolvimento dos gestores públicos e da população; e

- Prazos previstos para entrega.

O detalhamento do processo participativo e do envolvimento dos gestores públicos será apresentado mais adiante, no **Capítulo 5.**

4.1. Etapa 1: Plano de Trabalho e Processo Participativo

A Etapa 1 do projeto é composta pelo primeiro contato entre a empresa contratada, Geo Brasilis, e a Prefeitura Municipal de Indaiatuba. Nesta fase, será pactuada a metodologia de trabalho, que abrange:

i. Premissas do projeto;
ii. Cronograma de entrega dos produtos previstos, com detalhamento das etapas a serem realizadas e dos respectivos prazos;
iii. Calendário prévio de reuniões para o processo participativo e presença das equipes técnicas na localidade;
iv. Relação de dados a serem coletados junto à administração municipal, incluindo bases cartográficas, procedimentos e políticas setoriais, processos de expansão urbana existentes, se disponíveis;
v. Formas de envolvimento da governança e comunicação eficiente, envolvendo a Prefeitura Municipal de Indaiatuba; e
vi. Planejamento cartográfico, com a previsão de elaboração de mapas e potenciais fontes de dados.

Principais atividades a serem realizadas

- Proposição de Plano de Trabalho e do Planejamento do Processo Participativo, que inclui as atividades e tarefas que serão desenvolvidas pela Geo Brasilis ao longo do projeto; e
- Coleta de dados primários na localidade.

Formas de envolvimento da população e dos gestores públicos

- Reunião técnica com a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Engenharia, para alinhamento do plano de trabalho;
- Constituição da Comissão de Acompanhamento, composta por membros da Prefeitura Municipal (vide **Capítulo 5**).

Prazo previsto de entrega

07/11/2019

4.2. Etapa 2: Diagnóstico Municipal

A Etapa 2 é composta pela elaboração do diagnóstico técnico de Indaiatuba, cuja construção será fundamentada no levantamento de dados em fontes secundárias e confiáveis, nas informações coletadas na visita de campo e nas entrevistas realizadas com gestores públicos. A leitura do município estará estruturada conforme segue:

i. Aspectos Regionais:
   - Inserção de Indaiatuba na Região Metropolitana de Campinas – RMC e proximidade com a Região Metropolitana de Sorocaba – RMS, e suas relações com as localidades e polos econômicos mais próximos.

ii. Aspectos Ambientais:
   - Identificação das condicionantes geomorfológicas, declividades, hipsometria, recursos hídricos, cobertura vegetal e áreas protegidas; e
   - Caracterização e identificação das áreas de risco a ocupação urbana, conforme estabelece o Art. 42-B da Lei Federal 10.257/2001.

iii. Aspectos Socioeconômicos:
   - Dados referentes à caracterização demográfica: população, taxa de crescimento, natalidade, migração, domicílios;
   - Principais indicadores econômicos: PIB, potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo), trabalho e rendimento;
   - Indicadores de qualidade de vida: Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS, Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, renda per capita, Índice Gini; e
   - Elaboração da projeção de crescimento demográfico para os próximos 10 anos, de acordo com cenário tendencial, conforme dados da Fundação Seade.

iv. Aspectos Territoriais:
   - Histórico da ocupação;
   - Aspectos legais que regulamentam o ordenamento territorial, que inclui o balanço da aplicabilidade das Leis Complementares nº 09/2010 e 10/2010 e alterações posteriores;
   - Configuração da ocupação rural e urbana e principais aspectos de uso do solo;
   - Presença de patrimônio histórico; e
   - Identificação das áreas com núcleos urbanos informais, avaliando seu impacto ambiental e urbanístico.

v. Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos:
   - Saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos);

- Mobilidade urbana (frota, sistema viário, ferrovias, transporte coletivo e não motorizado); e
- Distribuição de equipamentos sociais (e saúde, educação, assistência social, cultura, lazer e esporte).

vi. Aspectos Institucionais:
- Estrutura administrativa municipal e atuação de órgãos colegiados para assegurar a gestão democrática e continuidade do planejamento urbano; e
- Legislação e políticas vigentes, no âmbito municipal, estadual e federal, com impacto no desenvolvimento urbano, como parcelamento, uso e ocupação do solo.

Principais atividades a serem realizadas

- Levantamento e leitura técnica de dados municipais e regionais;
- Levantamento e leitura técnica de outros estudos e políticas setoriais existentes;
- Avaliação do grau de implantação do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo; e
- Identificação das condicionantes ambientais, territoriais, sociais e econômicas para a política urbana de Indaiatuba.

Formas de envolvimento da população e dos gestores públicos

- Elaboração de entrevistas com gestores públicos municipais; e
- Reunião com a Comissão de Acompanhamento para validação do diagnóstico municipal.

Prazo previsto de entrega

27/11/2019

4.3. Etapa 3: Divulgação e Audiência Pública

A Etapa 3 consiste na elaboração da leitura comunitária do município, partir a visão da cidade, de seus problemas, qualidades e conflitos estabelecidos pelos diversos segmentos da sociedade civil, por meio das reuniões públicas programadas.

Este processo permitirá assegurar a legitimidade da participação da comunidade, de modo que a Política Urbana de Indaiatuba se aproxime da realidade e das expectativas dos seus cidadãos, baseado nos dispositivos da legislação federal, especialmente no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001.

Principais atividades a serem realizadas

i. Divulgação dos resultados da Etapa 2 (Diagnóstico Municipal) no site da prefeitura municipal e coleta de contribuições do processo participativo para a percepção da situação atual e prognóstico;
ii. Elaboração do ciclo de reuniões técnico-comunitárias, o que inclui encontros com entidades e Audiência Pública;
iii. Análise crítica das contribuições elaboradas pela sociedade civil durante o processo participativo;
iv. Reunião com os vereadores; e
v. Sistematização do diagnóstico técnico-comunitário de Indaiatuba, por meio do método SWOT, uma abreviação em inglês de *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

Formas de envolvimento da população e dos gestores públicos

- Reunião com os vereadores;
- Elaboração do ciclo de reuniões de caráter técnico-comunitárias, a saber:
  - Debates com diversos atores e entidades envolvidos nas questões de desenvolvimento urbano, com destaque para:
    - Sindicado Rural;
    - Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
    - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Indaiatuba – AEAI; e
    - Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONDEMA.
- Realização de Audiência Pública para validação da leitura técnica e comunitária do município.

Prazo previsto de entrega

10/01/2020

4.4. Etapa 4: Proposta técnica para revisão do Plano Diretor de Indaiatuba e Lei de Uso e Ocupação do Solo

Com base na leitura da realidade municipal, objeto das Etapas 2 e 3, esta fase será destinada a responder duas questões:

- Que cidade a sociedade deseja?
- Quais as estratégicas territoriais necessárias para atingir a cidade desejada, dentro do horizonte de 10 anos?

Diante deste contexto, a presente etapa será construída considerando:

- Formulação dos cenários tendencial e desejável que, em conjunto com o resultado do processo participativo realizado na **Etapa 3**, os quais orientarão a definição da Visão de Futuro e dos conceitos estruturadores e norteadores das proposições do plano;
- Definição dos princípios fundamentais da Política Urbana de Indaiatuba;
- Estabelecimento de objetivos, diretrizes e ações para os Eixos Estratégicos, que derivam do cenário atual em busca do desejável;
- Gestão democrática da cidade, por meio da instituição de ferramentas voltadas a garantir a participação da população na consulta, fiscalização, monitoramento, avaliação e revisão das políticas públicas;
- Formulação das diretrizes e políticas necessárias à estruturação, ao ordenamento territorial e ao desenvolvimento sustentável de Indaiatuba, relativas ao macrozoneamento, zoneamento e uso e ocupação do solo;
- Propostas, instrumentos e mecanismos referentes à:
    - Racionalização da ocupação do espaço urbano;
    - Integração e complementariedade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do município;
    - Delimitação das áreas urbanas onde poderão ser aplicados o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º da Lei Federal 10.257/2001;
    - Distribuição equitativa dos usos, atividades, infraestrutura social e urbana e densidades construtivas e demográficas;
    - Estruturação e hierarquização do sistema viário, assim como a articulação do sistema de transporte coletivo, com base na Política Municipal de Mobilidade Urbana;
    - Controle do meio ambiente, saneamento básico e proteção ao patrimônio natural, paisagístico, histórico, artístico, cultural, arqueológico e demais elementos que caracterizem a identidade do município;
    - Elaboração de mapas georreferenciados que deem suporte à compreensão da proposta técnica elaborada, incluindo aqueles que orientam a aplicação dos instrumentos urbanísticos indicados para Indaiatuba;
    - Análise das contribuições obtidas no processo participativo de discussão dos programas, projetos e ações do plano.

Principais atividades a serem realizadas

i. Diretrizes, estratégias e ações para políticas setoriais;
ii. Diretrizes, estratégias e ações da política urbana municipal;
iii. Aplicação de instrumentos legais, administrativos e urbanísticos no município;
iv. Mapas e documentos anexos necessários à sua completa compreensão; e

v. Proposta de revisão das Leis Complementares do Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Formas de envolvimento da população e dos gestores públicos

- Reunião com equipe técnica da prefeitura para discussão e construção dos cenários e do prognóstico do município; e
- Reunião com Comissão de Acompanhamento para validação das propostas técnicas do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Prazo previsto de entrega

24/01/2019

4.5. Etapa 5: Divulgação e Audiência Pública

A Etapa 5 é destinada à elaboração do prognóstico participativo, com o registro e a consolidação das contribuições elaboradas ao longo do ciclo de reuniões técnicas e comunitárias, que subsidiará a consolidação da proposta de revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Indaiatuba.

Principais atividades a serem realizadas

- Divulgação da proposta de revisão das Leis Complementárias do Plano Diretor do Município de Indaiatuba e Uso e Ocupação do Solo Urbano (Etapa 4) e coleta de contribuições do processo participativo;
- Reunião com os vereadores;
- Elaboração de ciclo de reuniões técnico comunitárias, que inclui Audiência Pública; e
- Análise crítica das contribuições elaboradas pela sociedade civil.

Formas de envolvimento da população e dos gestores públicos

- Reunião com os vereadores, para apresentação e discussão das propostas;
- Elaboração de reuniões de caráter técnico-comunitárias, a saber:
  - Quatro Oficinas de Bairro; e
  - Duas Oficinas Temáticas, considerando os seguintes temas:
    - Eixos e ações prioritárias para o município; e

- Diretrizes, estratégias e instrumentos para produção e ordenamento territorial.

- Realização de Audiência Pública, para validação das propostas do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Indaiatuba.

Prazo previsto de entrega

10/02/2020

4.6. Etapa 6: Consolidação das Contribuições e Proposta final

Nesta etapa, a proposta de revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Indaiatuba será consolidada a partir da percepção técnica das contribuições elaboradas pela sociedade civil e pelo poder público municipal, ao longo da Etapa 5 do projeto.

Principais atividades a serem realizadas

- Consolidação das contribuições e proposta final das Leis Complementares do Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo de Indaiatuba; e
- Divulgação da proposta consolidada no site do projeto.

Formas de envolvimento da população e dos gestores públicos

- Reunião com equipe técnica da prefeitura para apresentação da proposta consolidada.

Prazo previsto de entrega

20/02/2020

4.7. Etapa 7: Minuta da Revisão das Leis

A proposta consolidada (Etapa 6) será transformada em minutas de lei (Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo, com seus respectivos anexos, com objetivo de serem encaminhadas à Câmara Municipal para apreciação e deliberação.

Principais atividades a serem realizadas

- Elaboração de minutas de leis, a partir de propostas consolidada, para Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo; e
- Publicação da minuta de anteprojeto de lei para conhecimento da comunidade;
- Reunião com a Comissão de Acompanhamento e a Câmara Municipal de Vereadores.

Formas de envolvimento da população e dos gestores públicos

- Reunião com vereadores; e
- Reunião com Comissão de Acompanhamento para apresentação das minutas de lei.

Prazo previsto de entrega

28/02/2020

4.8. Cronograma das principais atividades

Com base no conteúdo previsto para cada fase do projeto, o **Quadro 4.8-1** apresenta o cronograma contendo:

- Principais atividades por etapa;
- Eventos programados; e
- Datas chaves para a construção da revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Indaiatuba.

Quadro 4.8-1: Cronograma, por etapa, contendo os

Produtos e macroatividades	Nov/19		Dez/19		Jan/19		Fev/19	
	1Q	2Q	1Q	2Q	1Q	2Q	1Q	2Q
Etapa 1 – Plano de Trabalho e Processo Participativo	7							
Elaboração do Plano de Trabalho								
Formalização da Comissão de Acompanhamento								
Reunião técnica com a prefeitura municipal, para alinhamento do plano de trabalho do projeto								
Coleta de dados primários na localidade								
Etapa 2 – Diagnóstico municipal		27						
Desenvolvimento da leitura técnica								
Elaboração de entrevistas com gestores públicos municipais								
Reunião com a Comissão de Acompanhamento para validação do diagnóstico municipal								
Etapa 3 – Divulgação e Audiência Pública do Diagnóstico					10			
Disponibilização da minuta do diagnóstico no site específico do projeto								
Elaboração da leitura comunitária, com a análise crítica das contribuições elaboradas pela sociedade civil tudo o processo participativo								
Reunião com os vereadores								
Elaboração do clico de reuniões temáticas de caráter técnico comunitárias (4 reuniões com entidades)								
Audiência Pública								
Etapa 4 - Proposta técnica para revisão do Plano Diretor de Indaiatuba e Lei de Uso e Ocupação do Solo						24		
Formulação dos cenários, princípios e eixos estratégicos								
Reunião com gestores públicos da prefeitura para discussão e construção dos cenários e do prognóstico do município								
Estabelecimento de diretrizes e propostas para o ordenamento territorial								
Concepção de propostas de instrumentos da política urbana								
Construção de mapas e documentos anexos necessários à sua completa compreensão								
Reunião com Comissão de Acompanhamento para validação das propostas técnicas do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo								

Produtos e macroatividades	Nov/19		Dez/19		Jan/19		Fev/19	
	1Q	2Q	1Q	2Q	1Q	2Q	1Q	2Q
Etapa 5 – Divulgação e Audiência Pública da Proposta Final							10	
Disponibilização da minuta do prognóstico no site específico do projeto								
Reunião com vereadores								
Elaboração de quatro Oficinas de Bairro								
Elaboração de duas Oficinas Temáticas								
Audiência Pública								
Registro das reuniões e análise crítica das contribuições elaboradas pela sociedade civil tudo o processo participativo								
Etapa 6 – Consolidação das Contribuições e Proposta Final								20
Consolidação das contribuições e proposta final das Leis Complementares do Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo de Indaiatuba								
Reunião com gestores públicos para apresentação da proposta consolidada								
Divulgação da proposta consolidada no site do projeto								
Etapa 7 – Minuta da Revisão das Leis								28
Elaboração da minuta de lei do Plano Diretor								
Elaboração da minuta de da Lei de Uso e Ocupação do Solo								
Publicação da minuta de anteprojeto de lei para conhecimento da comunidade								
Reunião com vereadores								
Reunião com Comissão de Acompanhamento para apresentação das minutas de lei								

Legenda:

	Reunião com gestores públicos e/ou vereadores
	Reunião pública
	Atividades de escritório
	Entrega de produto

Elaboração: Geo Brasilis, 2019.

5. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ENVOLVIMENTO DOS GESTORES PÚBLICOS

O **Plano de Mobilização Social** visa o atendimento das premissas e diretrizes estabelecidas no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) e nas resoluções do Conselho Nacional das Cidades, em especial a nº 25/2005, assegurando a participação da sociedade civil e dos atores chaves para a construção da revisão e posterior implantação do PDM e da LUOS de Indaiatuba.

Diante da importância do processo participativo nas diversas fases do projeto, serão promovidas reuniões e audiências públicas, convidando a população, as associações, os conselhos, os gestores municipais a participarem, de modo a fomentar a corresponsabilidade da comunidade local com o resultado do trabalho a ser desenvolvido.

As estratégias de envolvimento da sociedade de Indaiatuba estão apresentadas na **Figura 5-1**.

Figura 5-1: Estratégias para a mobilização social

Atendimento das diretrizes legais para o processo participativo, com adequada divulgação e disponibilizaçãdo dos materiais de discussão antes das audiências públicas	Utilização de linguagem acessível e ferramentas como mapas, tabelas e quadros que facilitem a compreensão do conteúdo
Publicidade e disponibilização dos materiais e informações produzidas, através do site da prefeitura	Promoção de amplo envolvimento da sociedade, por meio da realização de **4 reuniões com entidades representativas do município, 4 Oficinas de Bairro, 2 Oficinas Temáticas e 2 Audiências Públicas**
Engajamento dos gestores públicos municipais, por da criação de **Comissão de Acompanhamento**, responsável pelo monitoramento do projeto	Realização de três reuniões com os vereadores, sendo uma para exposição do diagnóstico da realidade local (**Etapa 3**), outra para apresentação das propostas (**Etapa 5**) e uma exposição das minutas de lei (**Etapa 7**)

Elaboração: Geo Brasilis, 2019.

A **Figura 5-2** ilustra o organograma da composição proposta para a **Comissão de Acompanhamento**, cuja responsabilidade é:

- Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos;
- Enriquecer o projeto, por meio de contribuições, demandas e propostas adequadas à realidade do município;
- Acompanhar os eventos públicos e as audiências públicas programadas;
- Auxiliar na mobilização da sociedade;
- Opinar, propor, avaliar os produtos entregues pela consultoria; e
- Acompanhar o processo de implantação do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Figura 5-2: Proposta de composição da Comissão de Acompanhamento



Elaboração: Geo Brasilis, 2019.

As estratégias elencadas acima possibilitarão a construção de um projeto municipal que incorpore a vivência, as expectativas e as prioridades dos seus moradores, garantida por meio da realização das atividades indicadas no **Quadro 5-1.**

Quadro 5-1: Atividades previstas para mobilização social, por etapa

Etapa	Atividades/ Ferramentas	Objetivos	Público Alvo	Data prevista
1	Reunião	Alinhamento da metodologia de trabalho	Gestores Públicos	(ANEXO III)
2	Reunião	Apresentar e validar o diagnóstico técnico municipal	Comissão de Acompanhamento	1ª quinzena de dez/19
3	Reunião	Apresentação da metodologia de trabalho e destaques da leitura da realidade municipal	Vereadores	1ª quinzena de dez/19
	4 Reuniões	Leitura comunitária do município	Sindicado Rural	1ª quinzena de dez/19
			Ordem dos Advogados do Brasil – OAB	
			Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Indaiatuba – AEAI	
			Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONDEMA	
	Audiência Pública	Apresentação e discussão da síntese do diagnóstico técnico e comunitário	Sociedade civil	2ª quinzena de dez/20
4	Reunião	Apresentação e validação dos cenários e do prognóstico do município	Gestores Públicos	1ª quinzena de jan/20
		Apresentação das propostas técnicas do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo	Comissão de Acompanhamento	2ª quinzena de jan/20
5	Reunião	Apresentação das propostas	Vereadores	2ª quinzena de jan/20
	4 Oficinas de Bairro	Prognóstico participativo	Sociedade civil	2ª quinzena de jan/20
	2 Oficinas Temáticas	Prognóstico participativo	Sociedade civil	1ª quinzena de fev/20
	Audiência Pública	Apresentação e discussão do prognóstico do projeto	Sociedade Civil	1ª quinzena de fev/20
6	Reunião	Apresentação da proposta consolidada	Gestores Públicos	1ª quinzena de fev/20
7	Reunião	Apresentação e validação das minutas de lei	Gestores Públicos	2ª quinzena de fev/20
		Apresentação das minutas de lei	Vereadores	2ª quinzena de fev/20

Elaboração: Geo Brasilis, 2019.

O **ANEXO II** traz recomendações específicas para a condução do processo participativo, de forma a assegurar sua representatividade e validade.

6. LEVANTAMENTO INICIAL DE DADOS NECESSÁRIOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO

O levantamento dos dados do município de Indaiatuba (**Quadro 6-1**) se constitui como referência inicial para a elaboração do projeto e servirá de subsídio o desenvolvimento da **Etapa 2**, diagnóstico municipal, relacionando os elementos necessários para a adequada compreensão das **dinâmicas urbanas, econômicas e sociais**, obtidas por meio de instituições de pesquisa e desenvolvimento e dados oficiais de órgãos públicos.

Quadro 6-1: Principais dados necessários para elaboração do projeto

Elementos	Fonte
Territorial (base cartográfica, área, grau de urbanização, densidade demográfica por setor censitário, evolução e total de domicílios, condicionantes ambientais, infraestrutura disponível)	• Prefeitura Municipal de Indaiatuba • Fundação Seade • Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE • Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SINUC • Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo • Instituto Geográfico e Cartográfico – ICG • Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT • Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana de Campinas – RMC • Serviço Autônomo de água e Esgotos de Indaiatuba - SAAE • Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS • Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos – SSRH • Agência Nacional de Água - ANA
Perfil demográfico (evolução e projeção da população, taxa de crescimento, densidade demográfica, taxa de migração)	• Fundação Seade • Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE • Índices Paulistas de Responsabilidade e Vulnerabilidade Social - IPRS e IPVS • Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil – PNUD
Perfil socioeconômico da população (participação dos setores econômicos no valor adicionado, empregos formais, evolução do PIB, formação do perfil econômico)	• Fundação Seade • Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE • Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED

Fonte: Geo Brasilis, 2019.

O **ANEXO I** traz a lista de dados solicitados à Prefeitura Municipal, os quais serão objeto de análise na fase de diagnóstico de Indaiatuba (**Etapa 2**).

7. PLANEJAMENTO CARTOGRÁFICO

A consolidação da base cartográfica permitirá a elaboração de mapas temáticos e o cruzamento dos resultados de diferentes áreas, com objetivo de:

- Melhor compreensão da estrutura espacial urbana de Indaiatuba;
- Entender as características físicas e ambientais da cidade e identificação de áreas sensíveis aos processos de urbanização;
- Identificar as relações entre os processos de ocupação e uso do solo e a estrutura viária da cidade de Indaiatuba;
- Visualizar os eixos de expansão e identificação de áreas urbanas com aptidão à ocupação urbana;
- Identificar áreas de risco em encostas e margem de rios;
- Facilitar a apropriação do diagnóstico e propostas pela população e gestores públicos; e
- Desenvolver ferramentas de acompanhamento da política setorial e melhoria da base de dados local.

Os mapas temáticos previstos, que integrarão a **Etapa 2**, estão relacionados no **Quadro 7-1**.

Quadro 7-1: Mapas temáticos previstos

Aspectos	Temática	Principal fonte de dados	Escala
Regionais	Inserção Regional	• EMPLASA	Regional
Ambientais	Declividade	• IGC • IBGE • Prefeitura Municipal de Indaiatuba	Municipal e Urbana
	Hipsometria	• Prefeitura Municipal de Indaiatuba	Municipal
	Sub-bacias e principais recursos hídricos	• SAEE Indaiatuba • IBG 2015 • Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ) • CETESB • Prefeitura Municipal de Indaiatuba	Municipal
	Cobertura Vegetal	• IGC • IBGE • IF - Inventário Florestal da Vegetação Natural - São Paulo (1:25.000) 2010 • Prefeitura Municipal de Indaiatuba	Municipal
	Unidades de Conservação	• IGC • IBGE • IF - Unidades De Conservação Estadual - 2016 • SINUC	Municipal

Aspectos	Temática	Principal fonte de dados	Escala
	Áreas de risco	• IGC • IBGE • Instituto Geológico • SAAE Indaiatuba • Prefeitura Municipal de Indaiatuba	Municipal
Aspectos socioeconômicos	Configuração da ocupação	• IGC/CPLA • IBGE • SINUC • Prefeitura Municipal de Indaiatuba • Visitas de campo	Municipal
	Distribuição das principais Atividades Econômicas	• EMPLASA - Uso e ocupação do solo urbano e rural (1:25.000) • Prefeitura Municipal de Indaiatuba • Visitas de campo	Urbana
	Densidade demográfica setor censitário	• IBGE - Censo Demográfico 2010 • Prefeitura Municipal de Indaiatuba	Urbana
	Localização do HIS e Núcleos urbanos informais	• EMPLASA • Programa Minha Casa Minha Vida • Prefeitura Municipal de Indaiatuba	Municipal
	Potenciais vetores de expansão urbana	• Prefeitura Municipal de Indaiatuba	Municipal
	Área de abrangência do saneamento ambiental e principais equipamentos	• SAEE Indaiatuba • Prefeitura Municipal de Indaiatuba • Visitas de campo	Municipal
	Mobilidade urbana	• Prefeitura Municipal de Indaiatuba • Plano de Mobilidade Urbana • Visitas de campo	Municipal Urbana
	Distribuição dos equipamentos sociais	• Prefeitura Municipal de Indaiatuba • Visitas de campo	Urbana

Elaboração: Geo Brasilis, 2019.

8. ANEXOS

ANEXO I - Lista de dados solicitados à Prefeitura Municipal

ANEXO II – Recomendações para a condução do processo participativo

ANEXO III – Registro da 1ª reunião de trabalho com os gestores públicos

ANEXO I

Lista de dados solicitados à Prefeitura Municipal

Aspectos	Detalhamento do dado solicitado (se houver)	Situação
Legislação, planos e dados	Lei de Perímetro Urbano atualizada	Recebido
	Plano Municipal de Saneamento Básico	Recebido
	Plano Diretor e alterações posteriores (arquivo com as alterações compiladas)	Recebido - PMSB
	Plano Municipal de Redução de Riscos	Inexistente
	Planos e estudos associados a escorregamentos, assoreamento, enchentes e inundações	Recebido - PMSB
	Planos e programas ambientais, com foco na preservação do solo, dos recursos hídricos e da vegetação	Pendente
	Plano de Macrodrenagem	Recebido - PMSB
	Plano Municipal de Turismo	Recebido - PMSB
	Relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos	Inexistente
	Plano Local de Habitação de Interesse Social ou Política Municipal de Habitação	Recebido
	Lei de ZEIS ou similar	Recebido
	Código de Edificações (arquivo com as alterações compiladas)	Recebido
	Lei de Regularização Fundiária	Recebido – Lei Federal
	Lei de Regularização de Edificações	Recebido
	Lei de Abairramento	Inexistente
	Plano de Educação	Recebido
	Plano de Desenvolvimento Econômico e/ou Rural	Inexistente
	Código de Posturas	Inexistente
	Áreas tombadas pelo município, se houver	Recebido - ZIH
	Unidades de Conservação (APA, Parques, RPPN's, etc) e planos de manejo	Recebido
	Programas habitacionais realizados e previstos (CHDU/MCMV)	Recebido
	Intervenções previstas pelas secretarias de obras, saúde, transportes e educação, promoção social, segurança, gabinete do prefeito, esportes, cultura, etc. – breve descrição e localização e prazo de início de operação	Pendente
	Relação das intervenções previstas do governo estadual e federal, incluindo investimentos em acessos viários, equipamentos públicos, equipamentos de saneamento básico entre outros – incluindo breve caracterização e localização	Pendente
	Investimentos privados previstos, incluindo loteamentos, shopping centers, unidades fabris, conjuntos habitacionais, etc	Pendente

Aspectos	Detalhamento do dado solicitado (se houver)	Situação
	Políticas públicas de incentivo ao esporte e lazer	Recebido
	Diagnósticos do meio físico, incluindo geologia, geomorfologia, pedologia e recursos hídricos, se houver	Inexistente
	Diagnóstico ou estudos existentes sobre as perspectivas de geração de emprego e renda	Pendente
	Plano de Governo	Recebido
	Exemplo de Certidão de uso e ocupação do solo	Recebido
	Conselhos Municipais ativos e respectivas leis de criação	Recebido
Dados espacializados (.dwg ou .shp)	• Base cartográfica ○ Perímetro urbano ○ Hidrografia ○ Arruamento ○ Rodovias ○ Toponímia das vias atualizada ○ Topografia ○ Limite e toponímia dos bairros ○ Linhas de transmissão e subestações transformadoras de energia elétrica ○ Ortofotos ou imagens de satélite	Recebido
	• Localização de equipamentos urbanos de (mapa ou endereços atualizados): ○ Educação ○ Saúde ○ Assistência social ○ Transporte ○ Esporte ○ Lazer ○ Cultura ○ Institucionais	Recebido
	• Mapeamento dos equipamentos e da abrangência das redes de: ○ Esgotamento sanitário ○ Abastecimento de água ○ Drenagem urbana ○ Resíduos Sólidos	Pendente
	Localização e cadastro e breve descrição dos núcleos urbanos informais (loteamentos irregulares e clandestinos)	Pendente
	ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social ou similares	Recebido
	Perímetros de novos loteamentos e urbanizações em análise e/ou com pedido de diretrizes	Recebido
	Mapeamento dos vazios urbanos existentes	Pendente
	Áreas de risco - Mapeamento de Riscos (Instituto Geológico)	Recebido - PMSB
	Hierarquização e diretrizes viárias	Recebido

Aspectos	Detalhamento do dado solicitado (se houver)	Situação
	Macrozoneamento	Recebido
	Zoneamento	Recebido

ANEXO II

Recomendações para a condução do processo participativo

Com o objetivo de orientar a Prefeitura Municipal de Indaiatuba na execução do processo participativo referente à revisão do PDM e da LUOS serão apresentadas, neste anexo, recomendações e metodologias visando otimizar as atividades a serem realizadas.

Principais estratégias

- Processo robusto, bem registrado, que seja pouco suscetível a questionamentos posteriores;
- Atendimento dos requisitos legais e normativos;
- Identificação e contato com principais lideranças sociais, empresariais, etc.; e
- Ritos definidos e acordados previamente para disciplinar o processo.

Orientação e Recomendações para o Processo Participativo

Para o atendimento dos requisitos legais e normativos do processo participativo de audiências públicas, divulgação de documentos e facilidade de acesso, a Resolução nº 25/2005 do Conselho Nacional das Cidades e Estatuto da Cidade trazem as seguintes questões:

- Divulgação:
  - Ciência do cronograma e dos locais das reuniões com antecedência mínima 10 dias para as oficinas e 15 dias para as Audiências Públicas;
  - Publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo;
  - As ações devem ser voltadas preferencialmente para as lideranças comunitárias, movimentos sociais, profissionais, especializados, entre outros atores sociais;
  - As atividades referentes devem ser convocadas por edital e, utilizando linguagem acessível ser, anunciada pela imprensa local ou outro meio de comunicação social de massa ao alcance da população local; e
  - Garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente da comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão a lista de presença.
- Data e Local:
  - Garantia de alternância dos locais de discussão; e
  - Ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- Organização:
  - O processo deve ser dirigido pelo Poder Público Municipal e pela Geo Brasilis, que após a exposição de todo o conteúdo, abrirá as discussões aos presentes;
  - Todas as reuniões devem conter registros fotográficos e lista de presença; e
  - As discussões devem ser gravadas, cujos conteúdos deverão ser apensados ao projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

1. Aplicação no Projeto

Na elaboração do projeto, o processo participativo ocorrerá por meio de **Audiências Públicas** (2), **Oficinas de Bairro** (4), **Oficinas Temáticas** (2), **reuniões com vereadores** (3).

Etapa	Atividades/ Ferramentas	Público Alvo	Síntese e consteúdo	Data prevista
3	**Reunião**	Vereadores	Apresentação da metodologia de trabalho e destaques da leitura da realidade municipal	1ª quinzena de dez/19
	Audiência Pública	Sociedade civil	Apresentação e discussão da síntese do diagnóstico técnico e comunitário	2ª quinzena de dez/20
5	**Reunião**	Vereadores	Apresentação das propostas	2ª quinzena de jan/20
	4 Oficinas de Bairro	Sociedade civil	Prognóstico participativo	2ª quinzena de jan/20
			Captação da percepção da população quanto à situação atual de sua região e perspectivas de futuro – dinâmicas com a população	
			Promoção da participação da sociedade civil por regiões (agrupamentos de bairros)	
	2 Oficinas Temáticas	Sociedade civil	Discussão com a sociedade civil sobre temas chave para a localidade e suas interfaces com a política urbana	1ª quinzena fev/20
			Foco na complementação das propostas	
			Coleta de contribuições do processo participativo	
	Audiência Pública	Sociedade Civil	Apresentação e discussão do prognóstico do projeto	1ª quinzena de fev/20
7	**Reunião**	Vereadores	Apresentação das minutas de lei	2ª quinzena de fev/20

1.1. Audiências Públicas (Etapa 3 e 5)

Proposta de metodologia para ser utilizada na condução das audiências públicas	
Divulgação	a. Divulgar hora e local com pelo menos 15 dias de antecedência – O local deve ser de fácil acesso e o horário deve ser acessível à maioria da população
	b. Identificar lideranças comunitárias, movimentos sociais, profissionais, especializados e outros atores sociais para envio de convite salientando a importância da participação
	c. Anunciar onde o plano estará disponível para leitura (site da prefeitura)
	d. A audiência pública deve ser convocada por edital
	e. Divulgação em imprensa local e/ou outro meio de comunicação social de massa ao alcance da população local
Organização	a. O processo deve ser dirigido pelo Poder Público Municipal e pela Geo Brasilis, que após a exposição de todo o conteúdo, abrirá as discussões aos presentes
	b. Todas as reuniões devem conter registros fotográficos e lista de presença, além de registro em áudio
	c. As discussões devem ser gravadas, cujos conteúdos deverão ser apensados ao projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa
Observar	a. Tempo atribuído a cada parte na sua apresentação/ contribuição. Sugestão: três minutos por pessoa
	b. Avisar a todos antes de 30 segundos de se tempo ser encerrado
Abertura	a. Apresentar os componentes da mesa
	b. Esclarecer o objetivo da Audiência Pública
	c. Deve-se destacar que o diagnóstico ou as proposições serão consolidadas, considerando as contribuições pertinentes da população na Audiência Pública
	d. Esclarecer com os presentes à tramitação da Audiência, destacando que não é permitida a interrupção de quem estiver falando
	e. Destacar a necessidade de inscrição prévia para uso na palavra e deixar claro que a inscrição se encerra após a apresentação da Geo Brasilis
	f. Deve ficar claro que todos podem participar com contribuições escritas, a qualquer momento da Audiência e que estas contribuições serão recolhidas no encerramento
	g. Informar que os questionamentos orais serão respondidos na réplica e que os questionamentos por escritos serão considerados posteriormente
	h. Lembrar a todos de assinar a lista de presença
Apresentação	a. Esclarecer que o conceito de Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo
	b. Falar sobre a importância da elaboração do projeto para o município
	c. Esclarecer o motivo pelo qual a prefeitura está realizando a revisão do PDM e da LUOS em parceria com a Geo Brasilis
	d. Outros temas de interesse da Administração Municipal

Proposta de metodologia para ser utilizada na condução das audiências públicas	
Encerramento	a. Perguntar se todos assinaram a lista de presença
	b. Detalhar os próximos passos e esclarecer onde o Plano está disponível para leitura e aprofundamento do tema
	c. Esclarecer a necessidade de entregar o questionário/participação por escrito antes de ir embora
	d. Agradecer a colaboração e presença de todos e enfatizar a necessidade da continuidade da participação nas próximas etapas

1.2. Oficinas de Bairro (Etapa 5)

Proposta de conteúdo
Divulgação
Selecionar bairros a serem realizadas as oficinas
Divulgar em meios de comunicação local e priorizar lideranças comunitárias, movimentos sociais, profissionais, especializados e outros atores sociais, com no mínimo 10 dias de antecedência
Disponibilizar os trabalhos executados em local de fácil acesso e virtualmente (site da prefeitura)
Organização
Selecionar local apropriado para atender o número de pessoas esperadas
Disponibilizar materiais para realização da dinâmica – Geo Brasilis
Todas as reuniões devem conter registros fotográficos e lista de presença
Apresentação
Principais pontos e a importância da revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo
Dinâmica 1
Dinâmica 1 – Prognóstico participativo **Sugestão –** Apresentação dos eixos estruturadores da Política Urbana e contribuições a respeito das propostas elaboradas Os participantes deverão se dividir em grupo, conforme temática, devendo indicar as ações que concordam e sugestões de novas propostas. Acredita-se que a população irá pensar sistematicamente e globalmente, ao invés de pensar apenas naqueles problemas específicos que lhes incomode.
Conclusão
Amarração proposta com conteúdo apresentado e próximos passos

1.3. Oficinas Temáticas (Etapa 5)

Proposta de conteúdo
Divulgação
Divulgar de acordo com os temas a serem discutidos, com no mínimo 10 dias de antecedência, a saber: • Eixos e ações prioritárias para o município • Diretrizes, estratégias e instrumentos para produção e ordenamento territorial
Disponibilizar os trabalhos executados em local de fácil acesso e virtualmente
Organização
Selecionar locais apropriados para atender o número de pessoas esperadas
Todas as reuniões devem conter registros fotográficos e lista de presença
Apresentação
Estruturação proposta para o PDM e LUOS
Apresentação da proposta, de acordo com o tema do evento
Coleta de contribuição
Os participantes poderão apresentar suas contribuições após a explanação técnica, com foco no tema discutido
Conclusão
Amarração proposta com conteúdo apresentado e próximos passos

ANEXO III

Registro da 1ª reunião de trabalho Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Engenharia

ATA DA REUNIÃO

- **ESPECIFICIDADES DA REUNIÃO**

Tipo:	Reunião com Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Engenharia
Finalidade:	Alinhamento inicial do projeto e apresentação da equipe
Local:	Prefeitura Municipal de Indaiatuba

- **PARTICIPANTES DA REUNIÃO**

Nome	Instituição
Rubens Eduardo Pereira de Oliveira Júnior	Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Engenharia
Nome	**Instituição**
José Roberto dos Santos	Geo Brasilis
Lauanna Campagnoli	Geo Brasilis
Camila Savioli	Geo Brasilis

- **PAUTA E DEFINIÇÕES**

Item	Pauta	Definições
1	Base de dados disponíveis – documentos editáveis e planos setoriais	Arquivos e legislações levantados até a data da reunião foram disponibilizados em HD. O município conta com base cartográfica em formato s*hapefile*, a ser encaminhada para a Geo Brasilis

Item	Pauta	Definições
2	Constituição da Comissão de Acompanhamento	Atualmente o município conta com duas comissões internas: (i) Comissão Permanente de Planejamento Urbano (responsável pelo monitoramento do Plano Diretor Municipal) e (ii) Comissão Permanente de Análise de Empreendimentos Imobiliários. Para esta revisão será constituída a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor, composta por representantes das seguintes secretarias: • Habitação • Obras (Departamento de Trânsito) • Planejamento (Cartografia/ Geoprocessamento/ Aprovação/ Mobilidade) • Governo
3	Alinhamento do cronograma das principais atividades do projeto	A proposta inicial do cronograma do projeto foi apresentada, sendo indicadas para as próximas semanas as entrevistas com gestores públicos para coleta de dados sobre o município. Ficou alinhada a realização de reuniões prévias com seguimentos da sociedade civil organizada na primeira semana de dezembro. A definição das entidades e a organização do território de Indaiatuba em setores ficam a cargo da Secretaria de Planejamento Urbano e Engenharia
4	Outros pontos a serem considerados durante a elaboração do projeto	Outros pontos foram destacados e devem ser considerados na elaboração do projeto: • Simplificação da LUOS • Instrumentos urbanísticos e legislações específicas • Ausência de parâmetros para as áreas de expansão urbana, definidas pelo PDM vigente • Conflitos atuais em função da existência de leis contrárias à LUOS (multifamiliar /número de vagas) • Existência de parcelamentos irregulares, notadamente de chácaras de recreio • Status da ação civil pública e direcionamentos quanto à proposta de articular reunião junto ao MP para apresentação do início dos trabalhos de revisão

--FIM--